

Além disso mostra a participação efetiva desse Conselho nas decisões tomadas nas diversas reuniões que se sucederam no ano de 1807.

Mostra como a Côrte se organizou para a saída de Portugal. Tenta assinalar que o govêrno português planejou a saída e que esta foi muito bem sucedida, não se deixando nem sequer os arquivos governamentais.

Diz o autor ao terminar sua conferência que na época houve atropêlo e assim mesmo por parte dos particulares que se propuseram acompanhar ao rei e não da comitiva oficial que tinha tudo perfeitamente planejado.

Das páginas 21 a 71 temos a transcrição de documentos referentes aos "assentos" do Conselho de Estado e engloba as reuniões de 26 de agôsto de 1807 a 24 de novembro de 1807. Todos êsses documentos estão anotados, e nos dão informações muito interessantes e valiosas. As páginas restantes apresentam *fac-simile* do "Assento do Conselho de Estado", de 24 de novembro de 1807.

Achamos publicação interessante para todos quantos se interessem pelo problema da mudança da Côrte Portuguesa para o Brasil.

ALBERTO BORGES DO SANTOS

* *

*

CUNILL (Pedro). — *A América Andina*. Tradução de Octávio Mendes Cajado. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1968. 288 págs. (Coleção Terras e povos, 4).

O nº 30 da Coleção Magellan, publicado pelas Presses Universitaires de France sob o título *L'Amérique Andine*, aparece agora entre nós, enriquecendo a tão pobre bibliografia hispano-americana publicada em nosso país, a respeito de aspectos sociais e econômicos atuais dos países vizinhos.

Venezuela, Colômbia, Equador, Perú, Bolívia e Chile são os países dominados pela realidade andina: agricultura, mineração e urbanização arrancadas a duras penas por entre vales e montanhas agrestes. Contrapõem-se populações cosmopolitas e civilizadas, com confôrto de vida moderna, a populações primitivas, analfabetas, inseguras e pobres. Opondo a terra e as cidades à agricultura e indústria, desenvolve o autor seu estudo dos contrastes e dos problemas dessas duas realidades andinas: a opulenta e a miserável.

Até que ponto, será lícito perguntar, os fatores naturais condicionam essas populações? Os Andes tudo influenciam, com exceção talvez da Venezuela e do Chile, por se encontrarem nos extremos dessa geografia atuante: flora, fauna, economia, costumes e desenvolvimento nacional.

O estudo geográfico da Cordilheira, pormenorizado e preciso, é levado a efeito por Cunill que, para tanto, recebeu a valiosa colaboração do Dr. Humberto Fuenzalida e do Dr. Mercedes Fermín, diretores respectivamente dos Departamentos de Geografia das Universidades do Chile e da Venezuela.

A civilização andina é uma entidade cultural distinta, interligando-se em números elementos. Sistemas e práticas agrícolas, habitação, alimentação, vestuário e, mesmo, muitos aspectos lingüísticos primitivos, são bastante semelhantes em tôda a área ocupada pelos referidos países. As fronteiras que os dividem foram se consolidando a partir do grande movimento de emancipação política e reforçadas pelos

tratados internacionais. As respectivas integrações nacionais foram paulatina e penosamente conseguidas.

Apesar de suas semelhanças e de seu todo de sub-desenvolvimento, a América Andina apresenta contrastes, principalmente os de caráter econômico:

“A Bolívia e o Equador apresentam os índices mais baixos de renda per capita (100 e 185 dólares) e o menor consumo de energia elétrica” (pág. 29).

Suas populações, que apresentam índices elevados de analfabetismo e de crescimento demográfico, possuem numeroso contingente indígena. Embora o Equador apresente previsões futuras favoráveis para sua produção agrícola e a Bolívia tenha tentado em 1952, com o “Movimento Nacionalista Revolucionário”,

“sacudir as instituições tradicionais, políticas, econômicas ou culturais” (pág. 29),

ambos os Estados defrontam barreiras quase intrasponíveis devido à precariedade técnica e político-social. A Colômbia e Peru (290 dólares e 180, respectivamente, per capita) formam par que se sucede, em ordem crescente de rendimento anual. São países agrícolas, também com demografia em crescimento, e o progresso das grandes cidades é ilusório. Com a renda anual de 480 dólares apresenta-se o Chile que vive na dependência estrita da exportação de minérios. Repete-se o crescimento de população e, como nos outros países, o conseqüente êxodo rural. A Venezuela é um caso à parte, tais os contrastes que apresenta: ao índice de 800 dólares per capita ombreia-se o desemprego (e sub-emprego). O proletariado da indústria do petróleo auferem uma renda desproporcional à população de trabalho agrícola; e as taxas de aumento demográfico são as maiores da região em foco.

Todos eles sofrem igualmente os prejuízos da mono exportação (Colômbia, café; Equador, banana; Bolívia, estanho; Chile, minérios; Venezuela, petróleo; Peru, a dividir-se entre farinha de peixe, algodão e cobre). Por seus produtos únicos são vistos pelo mundo, como apenas o vago lugar de onde se extrai um ou outro.

A população, seus problemas de origem, mestiçagem, natalidade e mortalidade, gênero de vida, distribuição e migração encerra a primeira parte da obra. É ela o resultado do caldeamento de ameríndios, espanhóis, africanos, imigração de origem européia, contribuição sírio-libanesa e chineses (sobretudo no Peru). O contingente indígena merece do autor um estudo histórico-etnográfico ao qual se acrescenta a contribuição espanhola e africana. O crescimento e a juventude excepcionais dos andinos são comprovados com dados estatísticos. A diminuição de população ativa em relação ao seu total é compreendida através do recuo da agricultura, não acompanhado pelo desenvolvimento industrial, e pelas inúmeras alternâncias de desemprego e existência de sub-empregos, quer rurais, quer urbanos. Dentre estes pode-se destacar: famílias que em troca de terra para habitar e cultivar nada recebem, ou os pequenos serviços domésticos e comércio ambulante nas cidades maiores. Aliás, o êxodo rural assume proporções notórias, principalmente na Venezuela e Chile. As migrações são do campo para a cidade, do campo para as minas, das terras altas para as regiões litorâneas do Pacífico, e, presentemente, para as terras tropicais do interior, com maiores possibilidades econômicas. A sobrevivência é sempre frágil, com índios vivendo à margem do sistema monetário, com índices elevadíssimos de mortalidade infantil, dadas as precárias condições de higiene pública e sub-alimentação crônica.

Como a agricultura

“desempenha o papel de base de sustentação para a grande massa das populações da América Andina” (pág. 67)

ela recebe de Cunill acurado estudo, nos seus três tipos fundamentais: “a agricultura de subsistência” (é a itinerante, tipo tropical, a da “queimada”, tão brasileira; ou é a permanente, andina, de montanha, sem irrigação, dependendo exclusivamente das chuvas; é, ainda, a chamada “mediterrânea” por suas características de clima, solo e vegetação; praticada no Chile, é feita em unidades agrárias, a *finca* de origem espanhola); a “agricultura comercializada”, que bem se caracteriza pelas *fincas* de café da Colômbia ou pela bananicultura no Equador, inclui, também, as *haciendas* chilenas de trigo e vinhedos. Modernamente estabelecem-se novos tipos de “agricultura pioneira”, que procura aproveitar tanto os páramos quanto as terras baixas tropicais. São de toda a ordem as dificuldades trazidas pela exiguidade do solo, quer por suas características, quer pela irrigação e drenagem, quer pela falta de mercados nacionais.

Após um curto enfoque da pecuária da região estudada, passa o Autor ao problema-chave das tentativas de transformação da agricultura andina: trata da reforma agrária, da pressão social e exploração de terras, discutindo as providências governamentais, o cooperativismo, o que já pôde ser realizado e o muito que resta por fazer, devido à ausência de “planificação integral e progressista”.

A urbanização é fenômeno que na América Andina assume proporções originais, que têm suas raízes na colonização espanhola. As cidades coloniais são em tudo e por tudo bastante semelhantes às congêneres ibéricas: formato urbanístico, organização administrativa, papel da Igreja, festividades religiosas e civis, etc. Escassas são as sobrevivências urbanísticas incáicas: poucas além de Cuzco, Quito, Cajamarca e Arequipa. Daí sua urbanização toda especial, com caracteres ambivalentes. As velhas cidades dividem-se entre andinas e litorâneas, entre cidades-residências dos grandes proprietários rurais e as cidades mineiras. As novas cidades vão aparecendo pelo

“desenvolvimento das funções administrativas, comerciais e pressão demográfica” (pág. 123)

e pelos mesmos motivos são “reformuladas” algumas das antigas aglomerações urbanas. A hipertrofia das capitais é fenômeno, aliás, de toda a América Latina, e não só da Andina. É notório o contraste entre imensos territórios desérticos ou pouco povoados e as capitais, com subúrbios que se superpõem e as gigantizam. A “Grande Lima”, a “Grande Buenos Aires”, a “Grande Caracas” são exemplos típicos. A urbanização do interior vai se processando em ritmo razoavelmente rápido, contrastando com a velha preferência pelas zonas costeiras (óbvia exceção feita à Bolívia e ao Paraguai). São analisados todos os problemas das estruturas urbanas: habitação, trânsito, povoamentos marginais, serviços públicos. O Autor finaliza o capítulo por “Uma falsa solução para o problema da habitação: os grandes edifícios”, numa referência expressa a Caracas.

Mais uma dádiva dos Andes: os minérios. Ouro, prata, cobre, estanho, ferro, mercúrio, zinco, chumbo, manganês, enxofre, etc., tem sido extraídos e remetidos ao exterior, sem que isso reverta em benefício sensível à região. Na Bolívia é de permanente crise o estado da indústria extrativa mineira.

"Os proprietários das minas (Patiño, Rothschild, Aramayo, etc.) investiam no estrangeiro a maior parte dos lucros, o que exercia influência negativa na economia boliviana. Daí nasceu o paradoxo que fazia da Bolívia, país subdesenvolvido, uma nação exportadora de capitais" (p. 151). Também o Chile "tem seu destino econômico ligado à extração de matérias-primas que são transformadas no exterior".

Passou da monoprodução do nitrato à monoprodução do cobre, do qual é o maior produtor mundial. As grandes empresas, bem assim as médias e as pequenas, ligadas à produção mineral, são caracterizadas pelo Autor, como indissociadas a órgãos governamentais e internacionais.

O nascimento da indústria siderúrgica, por outro lado, é uma das grandes esperanças para a América Andina. O aço está sendo produzido pela *Compañía de Acero del Pacífico* (Chile), pelas *Acerías de Paz de Ríos S.A.* (Colômbia) e pela Usina siderúrgica do Orenoco (Venezuela).

O petróleo, seu papel no desenvolvimento andino, suas jazidas, sua produção e preços, as concessões e os grandes trustes, o nacionalismo petrolífero e a indústria petroquímica, são profundamente analisados (págs. 162-172).

A indústria andina, necessariamente ligada à produção da energia elétrica é fenômeno de 3 décadas apenas, sofrendo, ainda, da persistência do artesanato tradicional. O protecionismo e estímulo estatais, patrocinados por organismos especializados, estão lentamente alcançando os seus objetivos:

"a). — contribuir para o abastecimento de bens de consumo manufaturados a fim de satisfazer à demanda crescente provocada pelo aumento da população e pela elevação das rendas; b). — participar do esforço tentado para substituir as importações, o que atenuará a tendência ao desequilíbrio da balança de pagamentos; c). — contribuir para a distribuição da mão-de-obra, oferecendo empregos bem remunerados ao excedente da população ativa" (pág. 188).

Como quarta parte e última da obra são apresentadas as diferenças de ordem geográfica, econômica e política que se estabelecem, a despeito das nacionalidades, entre as terras úmidas do litoral, as terras altas andinas, as terras orientais do interior, as terras áridas e as terras austrais. Os caracteres geográficos condicionam o aproveitamento econômico e, este, o social "As terras úmidas do litoral" (fundamentalmente, o complexo petrolífero da Venezuela, o litoral colombiano das Caraíbas e a costa equatoriana) são de um alto valor econômico por seu clima, solo e facilidades de comunicação. Já as "terras altas andinas" são carentes de superfície arável para a agricultura, apresentam problemas demográficos e dificuldades de acesso. São todas as zonas abarcadas pela Sierra, em todos os países da região. "As terras orientais do interior" se constituíram sempre nas mais arredias à civilização e só agora se abrem ao pioneirismo e às relações com as demais. Apresentam grande potencial econômico, principalmente hidroelétrico, nas regiões da Guiana Venezuelana, e agrícola, nas terras do Alto Amazonas. Não obstante o inóspito de seu clima as "terras áridas do Pacífico" apresentam população ocupada na exploração de minerais, fabricação de farinha de peixe e agricultura à base de irrigação. "As terras austrais" (Chile central, região dos Lagos e dos fjordes sulinos), após seu isolamento milenar, começam a integrar-se à economia chilena. Ativa a região a agricultura de cereais, o gado, a indústria pesqueira e, ainda, o petróleo da Terra do Fogo.

Retrato muito bem documentado da actual configuração sócio-económica dos países situados na órbita andina, o transmitido por esta obra. Cunill oferece, ainda, aos estudiosos de Geografia económica da América Latina, excelente oportunidade de actualização e reformulação de dados e conceitos. Bibliografia sumária mas contundente.

MANOEL LELO BELLOTTO

* * *

MÖRNER (Magnus). — *Fuentes para la História de Ibero-América conservadas en Suecia*. Guia compilado por Magnus Mörner. Traducción del sueco por Ester Pastor Lopes. Arquivo Nacional da Suécia, Estocolmo, 1968.

Nas treze primeiras páginas que representam a Introdução ao guia que compilou Mörner, além de nos colocar em contacto com uma excelente bibliografia (págs 12-13), nos traça as linhas gerais da vida política e económica da Suécia desde o século XVI, busca ainda mostrar as relações suecas, principalmente comerciais, com os países hispanoamericanos e com o mundo português da América. Diz, então, em sua introdução (pág. 3) que o primeiro país a chamar a atenção dos suecos foi o Brasil e nos afirma que J. A. Kanzow, esteve na corte portuguesa; no Brasil, durante os anos de 1808-1811. Afirma que o comércio directo sueco-brasileiro aumentou e muito, sendo que do Brasil a Suécia importava açúcar e café. Faz uma narrativa de todo intercâmbio havido entre Suécia e América, em especial com o Brasil, mostrando que das relações diversas e heterogêneas levadas a efeito com a América do Sul resultou um material muito heterogêneo, embora não volumoso.

Divide a documentação nos grupos que se seguem:

1. — Projetos suecos sobre colónias e as colónias de San Bartolomé e Guadalupe.
2. — As relações políticas da Suécia com os Estados latinoamericanos, especialmente tratando-se dos primeiros contactos durante a época da emancipação e, em conexão com isso, "los negocios de buques".
3. — Imigrantes suecos na América Latina e a emigração colectiva ao Brasil.
4. — Navegação marítima e intercâmbio comercial entre a Suécia e a América Latina.
5. — Relações culturais e científicas entre a Suécia e a América Latina.

Salienta Mörner (pág. 9) não se poder esquecer que durante longo espaço de tempo (1814-1905) a Suécia e a Noruega estiveram unidas devido a união pessoal da Corôa e por isso encontrar-se, nos arquivos, não só documentos referentes aos suecos, mas também aos noruegueses, na América Latina.

Conclui Mörner a sua introdução dizendo que não se pode pretender que a documentação sueca venha a mudar fundamentalmente os resultados da investigação histórica, mas que ela fornece elementos complementares de bastante valia para quem se interessar pelo estudo das relações internacionais, em especial as sueco-hispanoamericanas.

Apresenta, então, de maneira cuidada, com indicações precisas, a documentação existente nos arquivos suecos, revelando o que existe nos Arquivos públicos e particulares e ainda assinalando as colecções mais importantes.